



Câmaras pagam mais depressa, têm menos dívida e cobram mais

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, referente a 2018, foi divulgado esta semana e mostra a tendência de redução de dívida que se vinha verificando nos últimos anos

Autarquias Camilo Soldado

O endividamento atingiu o valor mais baixo da última década e os impostos e taxas consolidam-se como a principal fonte de receitas próprias das autarquias. Estas são algumas das conclusões do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2018, um documento apresentado anualmente pela Ordem dos Contabilistas Certificados e que traça um retrato das 308 câmaras do país. No entanto, há ainda sinais preocupantes, no documento que contou com a colaboração do Tribunal de Contas, como os 23 municípios que continuam a ter uma dívida superior ao permitido ou as câmaras que demoram mais de um ano a fazer pagamentos. Esta edição do anuário foi coordenada pela investigadora Maria José Fernandes, do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.

Cobrança de impostos e taxas atinge máximos

O dinheiro que entra nos cofres das câmaras por via de impostos e taxas atingiu um pico em 2018. No total, foram 3470,2 milhões de euros cobrados nesta rubrica, que é a fonte de receita mais importante para os municípios, quando tinham sido 3329,2 milhões em 2017. Ou seja, de uma receita total que atingiu 8539,6 milhões (outro máximo), impostos e taxas representam 40,6% de uma receita em que a segunda rubrica mais pesada são as transferências correntes, que significam 31% do total (2644 milhões de euros). Todos estes números atingem valores máximos na tabela a dez anos apresentada no anuário. Em 2008, as câmaras cobraram 2739 milhões de euros em impostos, 35,4% da receita total. Nesse ano, as receitas vindas de transferências do Estado central ou de fundos comunitários

atingiam 3250 milhões (42%).

Em 2018, Lisboa foi de longe o município que mais receita conseguiu cobrar (805 milhões de euros), seguindo-se Porto (225 milhões) e Cascais (219 milhões). No entanto, verificou-se uma quebra de 1,4% na capital em relação ao ano anterior. Também na lista das que mais receita arrecadam, as câmaras de Portimão, Aveiro e Matosinhos tiveram as perdas mais pronunciadas, entre 57,7% e 10,6%. Os autores justificam com empréstimos bancários contraídos por Portimão e Aveiro em 2017, que não se repetiram em 2018. Matosinhos teve uma queda por via da redução das transferências de capital. Nos Açores, Corvo, Santa Cruz das Flores e Lajes das Flores foram as autarquias que menor receita conseguiram cobrar.

Endividamento a descer há oito anos

Pelo oitavo ano consecutivo, as câmaras municipais reduziram o grau de endividamento. O seu passivo tinha atingido 8275,7 milhões, o máximo da última década, em 2010. Desde então, tem vindo a descer sucessivamente e, no ano passado, esse valor era praticamente metade: 4242,7 milhões de euros. Este montante representa uma diminuição de 454,8 milhões em relação a 2017.

Lajes das Flores, Penedono e Castelo de Vide têm o montante de dívida mais baixo, enquanto Lisboa, Portimão e Vila Nova de Gaia apresentam o valor mais elevado. O anuário regista ainda que Funchal, Oeiras e Valongo (que integram a lista dos 50 municípios com maior dívida) registaram uma descida superior a 20% em relação a 2017 nesse montante. Por outro lado, o agravamento da dívida em Odivelas (subida de 76,2%) e Seixal (27,9%) é digno de registo.

No entanto, estes não serão os casos mais preocupantes. Há ainda



23 câmaras sobreendividadas, todas pequenas e médias, que ultrapassaram o limite definido por lei. Fornos de Algodres, Vila Real de Santo António e Cartaxo estão em situação ainda mais complicada.

Pondo os números em perspectiva, a Mealhada é o município em que o índice de dívida total é mais favorável. A lista liderada pelo município da Bairrada resulta da divisão da dívida total do município pela média de receitas correntes dos últimos anos. Penedono, Castelo de Vide, Laje das Flores e Vila Velha de Ródão seguem-se no topo de uma tabela de 20 lugares em que figuram apenas duas câmaras de grande dimensão: Sintra e Porto.

Nazaré demora mais de dois anos a pagar

O número de municípios que demoram mais de 90 dias a pagar tem descido consistentemente desde 2011, quando eram 185 as câmaras que levavam os três meses para abrir os cordões à bolsa. Em 2018 já só eram 36 as autarquias com esta prática, embora a redução em relação a 2017 tenha sido modesta, quando havia 38 câmaras nesta situação. daquelas 36, 26 são de pequena dimensão, oito de média e duas de grande.

Os autores do anuário mencionam que os municípios têm beneficiado fortemente da adesão a

“sucessivos programas de apoio lançados pelo Governo” para reduzir o prazo médio de pagamento. Ferreira do Zêzere, Santana, Azambuja e Nordeste apresentam o melhor registo possível: zero dias.

Depois há outras 18 câmaras que levam entre um e três dias a pagar. Lisboa e Maia são duas delas e são os únicos municípios de grande dimensão com este grau de celeridade. Mais pacientes terão de ser os fornecedores da Nazaré, que esperam em média mais de dois anos, um registo que se agravou em 20 dias no ano passado. Celorico da Beira e Vila Real de Santo António são mais expeditos, mas acabam por levar também mais de um ano

**Sem surpresa,
a Câmara
de Lisboa é a
que consegue
ter receitas
mais elevadas**

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 11

Cores: Cor

Área: 16,28 x 28,67 cm²

Corte: 2 de 3



RUI GAUDÊNCIO

Rankings dos municípios

Mais receita cobrada (euros)

Lisboa	805.585.216
Porto	225.199.501
Cascais	219.372.109
Sintra	173.164.829
Oeiras	148.588.244

Menos receita cobrada (euros)

Corvo	1.948.036
Santa Cruz das Flores	3.052.025
Lajes das Flores	3.264.878
Barrancos	3.833.793
Santa Cruz da Graciosa	4.925.900

Maior passivo (euros)

Lisboa	446.624.660
Portimão	128.140.784
Vila Nova de Gaia	124.949.697
Aveiro	102.309.108
Gondomar	92.683.254

Menor passivo (euros)

Lajes das Flores	136.266
Penedono	199.291
Castelo de Vide	207.306
Santa Cruz das Flores	238.076
Vila Velha de Ródão	284.838

Demoram mais a pagar (dias)

Nazaré	841
Celorico da Beira	637
Vila Real de Santo António	462
Freixo de Espada à Cinta	343
Ourique	334

Demoram menos a pagar (dias)

Ferreira do Zêzere	0
Santana	0
Azambuja	0
Nordeste	0
Miranda do Douro	1

Fonte: Anuário Financeiro dos Municípios 2018 - PÚBLICC

a pagar, o que os coloca imediatamente atrás da Nazaré.

Arronches como exemplo

Arronches, no distrito de Portalegre, é o concelho que apresenta o melhor grau de execução da despesa relativamente aos compromissos assumidos. De acordo com o cálculo dos autores do estudo, que divide as despesas pagas pelas despesas comprometidas, a autarquia alentejana atinge 230,2% de grau de execução das despesas, o que a coloca no topo do índice de *superavit*. Seguem-se Amadora (195,1%) e Sintra (169,1%). No total, houve 137 municípios a atingir um rácio supe-

rior a 100% neste indicador, o que significa que são financeiramente sustentáveis.

Despesa regressa a níveis de 2009

Se a cobrança de impostos aumentou, também a despesa tem vindo a crescer, para regressar a níveis que não se viam há quase uma década. É um movimento que se verifica nos últimos quatro anos, atingindo 8359,1 milhões de euros em 2018, um aumento de 5% em relação a 2017. Também representa um pico em dez anos, sendo que em 2009 a despesa paga se ficou pelos 8358,1 milhões de euros. À semelhança de anos ante-

riores, é com pessoal (2446,9 milhões de euros) e com a aquisição de bens e serviços (2224,9 milhões) que as câmaras municipais mais gastam. Um total de 775 milhões de euros foi utilizado para abater passivos financeiros, um valor que não era tão elevado desde 2012.

Olhando para as categorias da despesa, as duas mais pesadas (pessoal e aquisição de bens e serviços) sofreram um aumento de 5,5% e 0,6%, respectivamente. Os maiores aumentos percentuais verificaram-se nas rubricas “outras despesas de capital” (235%, para 84,6 milhões de euros) e “outras despesas correntes” (41,1%, para 185,4 milhões).

Quanto mais pequenos, menos independentes

Sem surpresa, na lista das câmaras com maior independência financeira, Lisboa (92,1%), a maior do país, aparece à frente, seguida de quatro autarquias do Algarve: Lagoa, Albufeira, Lagos e Loulé (entre 90,4% e 85,%). Só depois aparece Cascais, com 84,8%. No extremo oposto da tabela estão duas câmaras dos Açores: Corvo (3,5%) e Nordeste (5,8%) são dos municípios que menos receitas próprias conseguem assegurar. A lista das menos independentes financeiramente continua a ter autarquias periféricas como Pampilhosa da Serra e Barrancos.

Esta percentagem é calculada pela relação das receitas próprias com as receitas totais, sendo que os autores do documento consideram que existe independência financeira quando as receitas próprias configuram, pelo menos, 50% das totais.

Olhando para a média dos 308 municípios, não há evolução digna de registo neste indicador. As receitas próprias representam 39,7% das receitas totais, 0,1 ponto percentual a mais do que em 2017, mas uma evolução de quase cinco pontos em relação a 2008, quando se fixou em 34,8%. Quando é tido em conta o peso do passivo na receita total, a percentagem também se mantém estável relativamente a 2017, quando representava 5%. Em 2018 foi 4,9%.

Atendendo à dimensão, quanto mais pequeno é um município, menos provável é que seja eficiente do ponto de vista financeiro.

camilo.soldado@publico.pt